

## O PODER DE CIVILIZAR.

### O Estado e a exploração dos recursos naturais no Oiapoque.

Carlo Romani<sup>1</sup>

O rio Oiapoque é uma das fronteiras naturais entre o Amapá e o departamento ultramarino da Guiana Francesa. Para nossos “donos do poder”, tomando emprestada a expressão de Raimundo Faoro, no gigantesco cenário das fronteiras da Amazônia brasileira onde podemos incluir os quase 500 quilômetros do rio Oiapoque, a população que as habita pouco conta. A política externa de expansão do Estado brasileiro sempre vislumbrou a obtenção da maior área possível sob sua jurisdição, mesmo sendo ela humanamente impossível de ser ocupada e administrada. O objetivo principal sempre foi o de manter sob seu domínio, mesmo que inexplorado, a vasta riqueza natural da terra. Uma política de recursos naturais de reserva. Nesse contexto a gente da terra também é somente mais um recurso material – quanto mais gente melhor – para ser utilizado na exploração do vasto território. O lema de ordem e progresso da bandeira poderia muito bem ser: “Submeter para explorar”. Esse desejo torna-se transparente já em 1890, quando a nova República escrevia sem subterfúgios no texto do decreto lei 164:

*“Colonização da Guyana Brasileira: considerando que deve ser empenho do governo da República aproveitar para o cultivo efetivo do solo brasileiro a **exploração de seus produtos naturais e proletariado agrícola nacional**, em sua grande maioria sem meios de empregar, com melhor proveito próprio e público, a atividade com que tem até aqui **provido a fortuna pública e a riqueza do Estado**”.*<sup>2</sup>

Mais explícito impossível. Para uma nação cujo próprio nome tem como origem um produto de exploração comercial praticamente extinto, o pau-brasil, a sua gente somente serve para ser usada em favor da riqueza do Estado travestida de bem público. Como o investimento necessário para usufruir a riqueza do Amapá era demasiado grande, o proletariado lá não foi nem enviado, nem explorado. Trinta anos após a promulgação desse

decreto, ainda restaria somente a criação de postos na fronteira para garantir a soberania nacional sobre o Oiapoque. Outro propósito imediato deveria ser a garantia da presença do fisco para obter uma arrecadação mínima de tributos que compensasse a despesa com os funcionários.

Desde o advento da República houve uma febre integracionista com a fundação de colônias agrícolas – inicialmente patrocinadas pelo Estado e num momento futuro diretamente pelos interesses privados – nas frentes do Centro-Oeste e Amazônia. Foi a estratégia de conquista usada pela civilização para arrebatar a terra de seu estado selvagem, incluindo-se aí nesse estado as populações nativas. É a repetição continuada da ação bandeirante da *Marcha para o Oeste*, a expressão clássica do livro de Cassiano Ricardo.<sup>3</sup>

A missão colonizadora, que se intensificará com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, já se denunciava em 1890 na publicação da Sociedade Central de Imigração. Nesse momento nasceu o embrião de toda a política futura de integração nacional respaldada no “rondonismo” e abusando do proletariado nacional em busca de sua Canaã, como sendo o peão de ataque, linha de frente do desbravamento da selva e do confronto com o selvagem.

Esse confronto entre colonizadores e selvagens ocorria patrocinado pelo Estado e em muitos casos sem o conhecimento prévio do colono, que ingenuamente acreditava na promessa da terra desabitada pronta para ser lavrada. Isso foi muito freqüente durante a colonização promovida pelos imigrantes italianos e alemães no final do século XIX no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde ocorreram inúmeras conflitos armados com os bugres guaranis. Muito sugestiva é a comparação feita por Luigi Biondi entre dois mapas da mesma região do Oeste Paulista defasados um do outro de quatro anos<sup>4</sup>. No primeiro deles, datando de 1868, encontramos sobre a área os dizeres: “índios selvagens e perigosos”. Quatro anos depois, no mesmo mapa enviado para a Itália junto com uma documentação com o objetivo de estimular a imigração subsidiada para aquela área, lê-se no mesmo lugar as palavras: “terras desabitadas”. Ora, apenas quatro anos seriam insuficientes para que uma vastíssima área ocupada pelos índios *Kaigang* tenha sido, de alguma forma,

desapropriada. Nesse caso os primeiros colonizadores cumprem o papel de boi de piranha para os interesses do Estado nacional. Portanto, o uso de colonos na ocupação de terras habitadas por populações nativas provocando diversos confrontos ocorreu em todo o país, tendo tido, também, diferentes protagonistas atuando para um mesmo script: o da integração nacional.

Retomando o Amapá, palco deste trabalho na ocupação de uma dupla fronteira – de civilização e de Estado – a questão da presença do índio ainda selvagem preocupava o governo na medida em que ele pudesse ser integrado por um governo estrangeiro. Segundo funcionários paraenses a língua falada, o comércio e os habitantes, tudo se ligava ao regime de administração de Caiena. Em ambas as margens do rio sentia-se sua presença. Mesmo vinte anos depois, já com a criação do Território do Amapá na década de 1940, quando o seu Secretário, Miranda Bastos, visitou as tribos indígenas do norte amapaense, ficou surpreso ao ver que até as crianças falavam o francês dos “crioulos guianenses”<sup>4</sup>. Eram os *Galibi*, do rio Uaçá, e os *Palikur-ienês*, no rio Arucauá. Além da língua nativa, quando se comunicavam com os estrangeiros ocidentais, falavam o pouco francês que sabiam, nada de português. A ausência da soberania brasileira era percebida na língua estrangeira usada pela população do lugar. A isso, as populações sob guarda do Estado brasileiro sofriam, como condição de vida, um enfrentamento constante, tanto com as forças da natureza quanto com as doenças e a miséria reinante. O quadro traçado pelo IBGE no início do ano de 1940 mostrava-se desalentador:

*“A mineração não constrói. Os que a movimentam não se fixam na terra. Ao contrário, exploram-lhe as riquezas. No Oiapoque destruíram as florestas de pau-rosa, abandonando-o com todo o arsenal das destilarias montadas para o negócio. O estado sanitário é o mais precário possível. O paludismo lava incessantemente. A alimentação reduz-se ao ‘cafezinho com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha no almoço, pouco diferindo o jantar, quando há.’ Não se conhece o conforto do lar porque a maioria das habitações são barracos, desservidos de tudo e agasalhando, em franca promiscuidade, toda uma família.”*

Durante o seu mandato (1918-1922), o Presidente Epitácio Pessoa teve pressões populares muito mais graves para resolver do que se preocupar com o problema de colonização de fronteiras desabitadas. Somente no começo de 1920 é que conseguiu, às custas de muita violência, prisões e deportações, se não controlar, pelo menos arrefecer o ânimo da luta dos trabalhadores dos principais centros urbanos. Desde a grande greve geral paulista de 1917, seguida pela greve geral do Rio de Janeiro em 1918, o país foi sacudido por intensas mobilizações de trabalhadores reivindicando melhorias econômicas e maior participação nas decisões políticas. O ano de 1919 foi ocupado pelo governo com a atitude de desandar sua ira sobre os que trabalhavam. As cadeias ficaram lotadas de operários, sindicalistas ou não, jornalistas da imprensa operária, e ativistas das lutas sociais em geral, em sua maioria anarquistas ou simpatizantes dessa prática política e social que na época se constituía em movimento de massa. Começaram então as deportações de estrangeiros acusados de subversão, desordem, agitação, essas palavras cujo significado, quando usadas pelos “donos do poder”, implica em segura perseguição política com pouca possibilidade de argumentos de defesa aos perseguidos. No decreto de expulsão de estrangeiros de 17 de janeiro de 1921, vem inclusive expresso o subtítulo: “Regula a Repressão ao Anarquismo”.<sup>6</sup>

Foi através desse aparelho policial em que cada vez mais se transformava o Estado brasileiro, que o Presidente aprovou o orçamento apresentado ao Ministério da Agricultura para o Serviço de Colonização Nacional do Oyapock. Dotou a Comissão Colonizadora de uma verba relativamente boa: 600 mil contos de réis em valores de abril de 1920<sup>7</sup>. A Comissão subordinada àquele Ministério estabeleceu suas diretrizes e encaminhou alguns funcionários em viagem ao Oiapoque para fazer o levantamento da região e escolher um primeiro local para a construção do campo agrícola.

Retornando a Belém, onde estava sediado o Ministério, aqueles homens para lá enviados reportaram o que viram ao chefe da Comissão, o diretor de Povoamento Gentil Norberto. Este não perdeu tempo e com o relatório em mãos organizou outra expedição, já com o objetivo de se instalar definitivamente no lugar escolhido. Nos meses que se

seguiram, enquanto esteve no Oiapoque, Gentil tratou de organizar o canteiro de obras para a construção da vila agrícola. Enquanto a vida corria, ele tratou de conhecer melhor a região. Encontrou uma terra abandonada, porém, muito rica. Poderia até estar querendo defender seu emprego por lá, mas o que ele transmitiu, ao retornar meses depois a Belém, foi bastante convincente.

*“A Zona do Oyapock é das mais férteis do nosso País. Contém o Oyapock granito, quartzo, calcários e minérios de ferro, mais de setenta qualidades de madeiras preciosas, um solo de aptidões incalculáveis, prestando-se a todas as culturas, como as de arroz, café, milho, feijão, mandioca, algodão, banana, fumo, abacaxi, laranja, caju, araçá, é resultado dos climas mais variados, de um magnífico sistema hidrográfico e de grandes possibilidades virtuais”.*<sup>8</sup>

*“Pouco depois, em junho do mesmo ano, eu e os meus companheiros acampávamos nas margens do famoso Oyapock. Verifiquei, desde logo, a veracidade das notícias, que tanto alarme haviam produzido na opinião pública. A nossa bandeira era desconhecida à maioria dos brasileiros que ali viviam, alheados da Pátria. A nossa moeda era por eles recusada. Uma lavadeira a quem enviei uma cédula de 5\$000 para pagamento de pequena dívida rejeitou-a, exigindo francos. Os trabalhadores brasileiros, contratados pela comissão, eram, por exigência deles, pagos naquela moeda. Os nomes dos lugares onde habitavam eram estrangeiros, e preferiam nas conversas o patoiz francês à língua materna. Seus filhos eram batizados e registrados em Saint-George, povoação da Guyana Francesa.”*<sup>9</sup>

Com base nesse relato de um homem idôneo e irrepreensível segundo os políticos, e sob a ameaça do solo pátria ser invadido pelo estrangeiro como clamava a imprensa, tornava-se imperativo defender a soberania nacional.

O argumento inicialmente utilizado pelo Governo do Pará para incentivar a ocupação econômica do Amapá com o estabelecimento de uma colônia agrícola foi o da chegada repentina de centenas de flagelados cearenses fugidos da seca que durou de 1915 a 1919<sup>10</sup>. No período em que durou a grande seca iniciada em 1915, milhares de retirantes do interior cearense foram confinados pelo governo daquele estado em campos de

concentração nos arredores de Fortaleza. Muitos sertanejos foram bloqueados em sua caminhada antes de poderem alcançar as estradas de ferro que levavam à capital. Foram induzidos a migrarem para outros estados, principalmente para o norte, através do mar. Barcos de pequeno porte e saveiros singravam carregados de flagelados as águas verdes bravias sacudidas pelos fortes ventos alísios que sopram constantemente em toda a costa desde o Ceará até o Maranhão. Dezenas de naufrágios ocorreram durante esses anos e aqueles afortunados que alcançaram Belém na esperança de dias melhores, lá também não encontraram oportunidades.

Aquele antigo desejo de povoamento da fronteira setentrional acabou recebendo o impulso decisivo com a posse no Senado do ex-governador do Estado, Justo Chermont. Naquele mesmo ano de 1919, o senador assume a função de relator do Ministério da Agricultura e apresenta através de emenda ao Congresso seus motivos para promover a criação de uma comissão colonizadora. Propõe dar:

*“preferência aos emigrados do Nordeste Brasileiro e tomando todas as providências de higiene e transportes para a localização dos mesmos, podendo abrir os créditos necessários, se for insuficiente a dotação votada [...] Os flagelados do Nordeste continuam a chegar em levas ao porto de Belém do Pará, e é patriótica a medida de localizá-los na ubérrima região de fronteira.”<sup>11</sup>*

Boa parte da imprensa da época apoiou a campanha iniciada pelos governantes paraenses que *“falam em o ‘caso nacional do Amapá’, cuja resolução veio a ser precipitada ou favorecida pela calamidade que assolou o Ceará”*.<sup>12</sup> Os retirantes acampados em Belém logo se tornaram um problema social e o governo mostrou-se incapaz de incorporá-los à sociedade paraense. Toda essa gente sem eira nem beira perambulava sofrida pela área do cais e do mercado Ver o Peso, causando na população um sentimento misto de repugnância e pena. Enquanto esperavam melhor sorte, tinham que se contentar com as tímidas campanhas empenhadas em melhorar sua deprimente situação. Algumas poucas iniciativas beneficentes, como a *“solicitação para a cessão do Theatro da Paz, na noite de Sábado, 13 de março de 1920, ao empresário das ‘Visões D’Arte’ para a realização de um*

*espetáculo em benefício dos flagelados do Ceará*<sup>13</sup> ocuparam espaço nos jornais locais, tentando mobilizar a população na ajuda e solução do problema dos miseráveis sertanejos.

Contudo, o interesse demonstrado pelos governantes e pela imprensa local mascarou outro interesse, bem menos humanitário e muito mais desejoso de uma exploração comercial bem arquitetada. Justo Chermont, que fora governador do Pará entre 1889 e 1891, assumiu em 1918 a cadeira vaga deixada no senado por Lauro Sodré quando da posse deste no governo do Estado. O patrimônio do justo senador Chermont vinha aumentando consideravelmente desde 1911, ano em que havia fundado o jornal *O Estado do Pará*. Foi ao longo dessa década que sua fortuna pessoal o tornou um dos maiores latifundiários do Estado, passando a ser *“proprietário de grandes extensões de terra na região do Oiapoque, e portanto um dos maiores interessados no desenvolvimento da região.”*<sup>14</sup>

Assim é possível imaginar como interesses pessoais levados ao palco do Senado e, apoiados por campanha maciça da imprensa local – ela também integrante desse mesmo grupo de interesses – permitiram que uma situação social dramática tivesse, como eventual desfecho, a utilização de uma mão de obra errante para a exploração das terras. Terras quais, em outra circunstância, provavelmente nunca teriam sido aproveitadas.

Percebe-se um claro intuito do governo federal em ocupar a vasta região de fronteira através da colonização forçada com vistas à exploração comercial. O Núcleo Agrícola Cleveland, como foi chamado o empreendimento de colonização, tornou-se o chamariz dessa estratégia. Para tanto, foi necessário desclassificar a zona do Oiapoque como local insalubre e de alta mortalidade e dotá-la de benfeitorias e serviços que elevassem o nível sanitário do lugar. Essa estratégia até que alcançou resultados promissores, pelo menos durante um certo intervalo de tempo, e particularmente na vila de Clevelândia, a sede do núcleo, projetada para abrigar servidores federais vindos de outras regiões do país. Contudo, como se nota pela avaliação do IBGE feita vinte anos depois, em 1940, a imensa área já povoada por nativos e percorrida por fluxos contínuos de migrações espontâneas de índios e caboclos, essa região ribeirinha que vai desde o rio Pontanari, no limite norte de

Clevelândia, até Demonty na foz do Oiapoque, permaneceu nas mesmas precárias condições de saúde em que sempre se encontrou. Extração exaustiva do pau-rosa até sua extinção, destilarias abandonadas, péssimas condições sanitárias e impudismo sempre presente. O eterno desastre ambiental da terra arrasada. A tradicional política tupiniquim de implantar um centro colonizador ajardinado com ares metropolitano, circundado por uma imensa periferia de barracos e colonos abandonados, reproduz-se em proporções ainda maiores quando se trata dos confins do país. Uma ocupação territorial para inglês ver, ou melhor, nesse caso, para francês ver.

---

<sup>1</sup> Carlo Romani é doutor em História Cultural pela Unicamp. Atualmente é pesquisador recém-doutor do Cebrap/Capes. Este texto é um pequeno trecho condensado do segundo capítulo da tese de doutorado *Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!*, financiada pela FAPESP.

<sup>2</sup> “Boletim da Sociedade Central de Imigração”. *Imigração* n.º. 74, dez/1890. Grifo em negrito do autor.

<sup>3</sup> Sobre a expansão da fronteira agrícola, ver LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. Campinas. Ed. Unicamp, 1995; também GUIMARÃES NETO, Regina. *A Lenda do Ouro Verde*. Cuiabá. UNICEN, 2002.

<sup>4</sup> BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe*. Tese de doutorado em História. IFCH/Unicamp, 2002.

<sup>5</sup> BASTOS, Arthur Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1947, p. 61.

<sup>6</sup> SAMIS, Alexandre. *Clevelândia*. São Paulo. Imaginário, 2002, p. 85.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 156.

<sup>8</sup> Palestra “A colonização do Oyapock”, publicada em *A Noite* e no *Correio da Manhã*, de 5/11/1920.

<sup>9</sup> Relatório originalmente publicado em 1920 e reapresentado na reportagem “Os deportados do Oyapock”, *O Paiz*, 11/02/1927.

<sup>10</sup> Sobre a seca de 1915 ver TEÓFILO, Rodolfo. *A Seca de 1915*. Fortaleza. Imprensa Universitária/UFC, 1980; também RIOS, Kênia. *Campos de concentração no Ceará*. Fortaleza. Museu do Ceará, 2001.

<sup>11</sup> “A verdade sobre a deportação para a Clevelândia”, *A Notícia*, de 04/01/1928.

<sup>12</sup> *A Noite*, 17/11/1920, in ALICINO, Padre. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1971.

<sup>13</sup> Minuta da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, 1920, código 2278. Arquivo Público do Pará, APP.

<sup>14</sup> SAMIS, Alexandre, *op. cit.*, p. 156; ver também LEITE NETO, Leonardo. *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros. 1826 a 1986 – vol. III*. Brasília. Centro Gráfico, 1986.